Nº 64
Agosto 79

Jornal ARQUITETO/SP

GT de Tecnologia estuda alternativas

O Grupo de Trabalho de Tecnologia do IAB/SP que se reúne todas as terças-feiras, às 20 horas, vem analisando as alternativas tecnológicas para a produção habitacional diante de um possível quadro da Política Habitacional Brasileira. E convida os arquitetos, especialmente aqueles cuja atividade ou campo de estudo relacione-se com o tema, para participar das reuniões formulando suas contribuições.
Dada a importância do tema, o grupo pretende levar o resultado desse trabalho à discussão no II Encontro Estadual de Arquitetos em São Paulo, e também ao X Congresso Nacional, contribuindo assim ao debate que se trava em âmbito nacional em torno do tema.

O Clima e a Arquitetura tema de curso no IAB/SP

O IAB/SP promove em fins de setembro um curso sobre O Clima e a Arquitetura, a cargo do arquiteto Luís Carlos Chichierchio. *O curso se* centrará sobre os fatores climáticos que, atuando sobre os objetos arquitetônicos, caracterizam o ambiente térmico. Detalhes na pág. 14.

Curso de Planejamento Hospitalar: III Módulo

De 17 a 20 de setembro no auditório da Secretaria de Saúde do Estado o III Módulo do Curso de Planejamento Hospitalar promovido pelo IAB/SP. Sob a Coordenação do arquiteto Carlos Eduardo Pompeu, o III Módulo tratará do centro cirúrgico, centro obstétrico, laboratórios e transfusão de sangue. As inscrições estão abertas na sede do IAB/SP e os novos participantes receberão apostilas sobre o primeiro e segundo módulos que abordaram, respectivamente: I - O hospital - conceito, objetivos, funções, relações com o meio ambiente, sistemas de atenção e apoio, contexto urbano e território, fatores ecológicos e tecnológicos, circulações externas e internas, o partido do hospital, abordagem ao projeto; II - ambulatório, emergência, radiodiagnóstico, reabilitação física.

Arquitetos na luta pela Anistia

No último dia 9 de agosto, foi realizada na sede do SASP uma reunião para discutir formas de atuação mais efetiva dos arquitetos na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Pág. 12.

Sucesso garantido para o concurso de idéias IAB/Brasilit

Um grande número de arquitetos de todo o Brasil já se inscreveu no concurso mais inusitado dos últimos tempos: o prêmio Brasilit de Arquitetura, que além de não visar construir nada, permite apenas a participação de pessoas físicas e dará uma ajuda de custo para a elaboração dos anteprojetos pré-selecionados.

A grande briga dos arquitetos autônomos e pequenos escritórios de arquitetura sempre foi o alto custo de elaboração de anteprojetos e a exigência, quase geral, de demonstração de capital social, registro de empregados para a participação da maioria dos concursos de projetos. Boas idéias, soluções, acabam assim se perdendo graças às exigências cada vez maiores desses concursos.

Essa a grande vantagem do concurso promovido pela Brasilit: não há exigências. Ou melhor, apenas uma, que se utilize as telhas de fibrocimento da empresa. No mais, os trabalhos inscritos terão total liberdade de proposta, estimulando assim o surgimento de novas proposições estético-técnicas. "Será um concurso essencialmente de idéias", explica Luiz Marcio, da Brasilit. "Esperamos apenas que os arquitetos dêem asas a sua imaginação." Pág. 8.

O Desenho como Instrumento

Um livro-quadro, com 49 reproduções dos trabalhos expostos dentro de uma caixa de madeira que pode se transformar em moldura, é o novo conceito de catálogo, lançado pela exposição o Desenho como Instrumento. Outras informações na pág. 14.

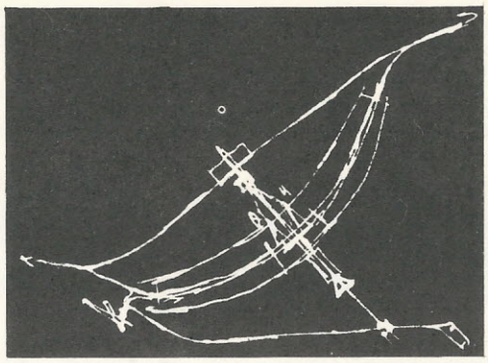
No SASP, discussões sobre a reformulação da CLT

Todos os sindicatos de arquitetos brasileiros foram chamados à discussão do posicionamento da categoria em relação à reformulação da CLT. O SASP iniciou suas discussões constituindo um grupo de estudos sobre o assunto que elaborou uma série de propostas apresentadas em assembléia geral, convocada para o último dia 14 de agosto. A questão que despertou maior interesse durante os debates foi a questão da estrutura sindical, dada a situação peculiar da categoria dos arquitetos, incluída entre as profissões liberais, mas hoje com um crescente contingente de assalariados. No final, chegou-se à conclusão de que os arquitetos deveriam apoiar os pontos básicos das reivindicações dos trabalhadores em geral e lutar por uma legislação sindical aberta às necessidades de cada categoria profissional.
Ver matéria à pág. 6.

X congresso: inscrições antecipadas terão desconto

As inscrições antecipadas ajudam a organização de qualquer congresso, principalmenye de arquitetos: a partir delas é possível fazer previsões do número de participantes e adequar a estrutura de atendimento a este número. As inscrições feitas em cima da hora sempre acabam causando grandes transtornos (no IX Congresso, por exemplo, esperava-se cerca de dois mil participantes e praticamente na abertura increveram-se outros quatro mil, provocando os maiores problemas administrativos).

Visando estimular os profissionais a se inscreverem com antecedência, a Comissão Organizadora do Congresso está dando "descontos" para quem não deixar tudo para última hora: as inscrições até 30/08/79 ficam em CR$ 1.500,00, até 30/09/79 em CR$ 2.000,00, até 15/10 em CR$. . . . 2.500,00. Os retardatários deverão pagar CR$ 3.000,00.



O Encontro

O X Congresso contará com uma sessão preparatória, uma sessão solene de abertura, sessões de trabalho em comissões, sessão plenária para apresentação dos resultados dos trabalhos das Comissões e a plenária de encerramento. Na primeira sessão plenária de trabalhos serão apresentados os Relatórios de Abertura, elaborados pelos departamentos da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os arquitetos que quiserem apresentar trabalhos no Congresso deverão fazer sua inscrição através da apresentação de um plano de trabalho enviado até 15 de agosto próximo à comissão organizadora, de preferência através dos Departamentos ou Seções do IAB. Os trabalhos devem ser enviados à secretaria do Congresso, em dez vias, até 15 de setembro.

Os trabalhos referentes ao Subtema 1 (Condicionantes Político-Institucionais do Espaço Habitado) deverão ser enviados até 15 de setembro, em duas vias, ao IAB-BA (Ladeira da Praça 9/17, Salvador); os referentes ao Subtema 2 (Condicionantes Institucionais da Formação, do Trabalho e da Produção do Arquiteto) deverão ser enviados até a mesma data ao IAB-SP (rua Bento Freitas 306, 4.º andar, São Paulo); os referentes ao Subtema 3 (Situação Atual da Arquitetura Brasileira), ao IAB-RJ (rua Conde de Irajá 122, Botafogo, Rio de Janeiro); e os referentes ao Subtema 4 (Proposta da Forma de Atuação do Arquiteto na Sociedade Brasileira), ao IAB-RS, (rua Professor Annes Dias 166, sala 102, Porto Alegre).

Os trabalhos enviados por estudantes deverão ser selecionados nas Escolas, por comissão formada pelo corpo docente e discente, com um máximo de quatro trabalhos por escola e um por cada subtema. A forma de encaminhamento é a mesma dos trabalhos dos arquitetos.

Paralelamente às sessões do X Congresso serão realizadas várias exposições como a Marco Zero, que mostrará todo o material disponível sobre a criação e o desenvolvimento de Brasília, organizada em painéis fotográficos pelo IAB-DF. Haverá também uma Mostra Nacional de Arquitetura, organizada pelos Departamentos ou Seções do IAB, que divulgará os trabalhos de arquitetos ou equipes de arquitetos, realizados após Brasília. Essa mostra deverá ser montada em painéis de 1por 1 m e até 10 de setembro a Comissão deve ser informada pelos Departamentos ou Seções da quantidade de painéis a serem enviados.

A Exposição Nacional de Estudantes de Arquitetura vai mostrar trabalhos discentes desenvolvidos dentro da seqüência básica da prática de projetos. Cada escola poderá levar dois trabalhos curriculares do ano em curso, versando sobre problemas regionais. A Exposição de Publicações de Arquitetura visa divulgar bibliografia especializada e a exposição de Materiais e Equipamentos mostrará a atual produção da indústria para construção civil.

Ainda paralelamente ao X Congresso será promovida, em colaboração com a Associação Profissional dos Arquitetos do Distrito Federal, uma reunião dos Sindicatos e Associações Profissionais de Arquitetos, do qual participará a Federação Nacional dos Arquitetos, e que se realizará nas noites de 2 a 4 de novembro.

Jornal ARQUITETO

Ano VII - N.º 63
Nova Fase
Jul/Agosto 79

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo e Projeto Editores Associados Ltda. **As matérias publicadas não refletem obrigatoriamente o ponto de vista das entidades.**

Editado por Projeto Editores Associados Ltda. Redação, Publicidade e Administração: Rua Herculano de Freitas, 249 - tel. 259.79.19, CEP 03108 – São Paulo, Distribuição gratuita a todos os sócios do IAB/SP e SASP.
ASSINATURA ANUAL: Cr$ 150,00.

SASP
Presidente: Jon Andoni Vergareche Maitrejean; **Vice-presidente:** Lúcio Gomes Machado; **Diretor-secretário:** Celso Júlio; **1.º Tesoureiro:** Idal Feferbaum; **2.º Tesoureiro:** João Clodomiro Browne de Abreu; **Diretora:** Maria Giselda Cardoso Visconti; **Diretores Suplentes:** Carlos Alberto Tauil, Nelson Trezza, Paulo Celso Del Picchia, Therezinha Banevicius, Olair Falcirolli de Camillo, Gil Mendes Coelho e Melo; **Conselho Fiscal:** Ricardo Chaim, Teru Tamaki, Sérgio Teperman, Zelma Cincotto, Moto Tsubouchi, Luiz Cláudio Villares (Suplentes); **Delegados Representantes:** Alfredo S. Paesani, Geraldo Vespaziano Puntoni; William Munford, Jorge Osvaldo Caron (Suplentes).

IAB-SP
Presidente: Pedro Taddei Neto; **1.º Vice-presidente:** Paulo Bastos; **2.º Vice:** Samuel Szpigel; **3.º Vice:** Paulo Sérgio de Souza e Silva; **Secretária Geral:** Marta Tanaka; **Secretários:** Marcia Lucia Guilherme, José Sales Costa; **Tesoureiros:** Pedro Cury, Roberto Saruê; **Diretores:** Antonio Carlos Carneiro, Antonio Luiz Dias de Andrade, Benedito Lima de Toledo, Bernardo Kopfler, José Borelli Neto e Luiz Carlos Chichierchio; **Conselho Fiscal:** César Bergstron Lourenço, Roberto Ventura e Silvio Dworeck; **Conselho Superior:** Antonio Fernandes Panizza, Benno Perelmutter, Décio Tozzi, Edison Eloy de Souza, José Magalhães Júnior e Paulo Mendes da Rocha; **Suplentes:** Carlos Lemos, Eurico Prado Lopes, Fábio Goldman e João Walter Toscano.

Jornal ARQUITETO
Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor Responsável:** Fábio Penteado; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Adail R. da Motta, Rita de Castro sobral (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Comissão Editorial:** Lúcio Gomes Machado, Pedro Taddei Neto, Marta Tanaka; **Editoria:** Silvia Penteado, Hosana Pedroso, Valéria Salles, Paulo Caruso (ilustrações); **Fotolitos:** Ponto; **Composição e Montagem:** Della Rovere; **Impressão:** Garilli Artes Gráficas; **Produção:** Projeto Editores Associados Ltda.

A produção arquitetônica e os desafios aos arquitetos

Tive receio de, em tão curto tempo, não conseguir atingir os objetivos desta comunicação. Assim, correndo o risco de ser, por outro lado, impertinente, preferi escrever algumas idéias que me parecem respostas adequadas às perguntas formuladas.

Estive na semana passada, casualmente, no Museu de Arte de São Paulo. Entrei e fui pelo elevador ao 1º pavimento e ao corredor da esquerda, onde se encontram as salas de trabalho e administração. Sentei-me e pus-me a observar, dessa pequena sala, o prédio, os detalhes, o parque em frente, depois o belvedere e me lembrei da breve comunicação que nos haviam feito os quatro arquitetos convidados na reunião anterior. Senti uma penosa frustração em relação a esses depoimentos-confronto propostos pelo IAB, em seus termos.

O modesto fragmento arquitetônico construído pela Lina — uma sala pequena e cúbica que eu perscrutava — era uma lição de critérios, rigor e audácia. Era feito de idéias e resolvia de maneira direta, objetiva, corajosa, racional e sensível (como dizê-lo?) problemas estético-construtivos, de linguagem brasileira, e detalhes que, 15 anos depois, muitos de nós ainda enfrentamos através de pequenas mas pretensiosas trapaças projetuais, sem resolvê-los e, sobretudo, sem percebermos as relações que existem entre o nosso trabalho de cada dia e a necessidade de uma consciência ativa e de uma vivência real dos problemas de nosso meio.

Se tivesse casualmente entrado num edifício do Eduardo, do Bratke ou do Artigas, minha sensação teria sido certamente a mesma.

Os vinte minutos que tivemos foi um tempo curto demais para que nos transmitissem uma mensagem à altura da obra que vêm fazendo e sua visão amadurecida e experiente de nosso destino como nação e como cultura.

Assim, não hesito em consagrar uma parte deste meu curto tempo com esta declaração inicial: o Departamento de São Paulo do IAB privou-nos de uma reunião mais consistente com aqueles mestres — Lina, Bratke, Eduardo e Artigas —, numa das raras oportunidades que tivemos de aprender-lhes a lição do trabalho e o significado profundo de sua obra.

O IAB fica a nos dever um amplo e descontraído encontro com cada um deles, que nos permita conhecê-los melhor, naquilo em que a conversa, o contato direto e o relato pessoal da própria experiência humana e profissional são insubstituíveis.

Sem dúvida foi uma festa. Porém, para os que podem compreender o significado particular dessa expressão na história recente dos movimentos políticos latino-americanos, diria que foi "festivo". A festa, afinal, era o objetivo, ou uma compensação e uma desculpa?

Feita esta ressalva inicial, compareço à 2ª sessão desses seminários, consciente de minha condição de arquiteto comum, com alguns anos menos de profissão e que, além de ter participado de alguns projetos, o suficiente para que me pecam contas, não tem razões maiores para estar aqui.

Agradeco, por isso, aos promotores, a deferência desse convite, a oportunidade de encontrá-los e passo ao cumprimento do que me pediram:

1. Sobre o IAB — implantar a democracia interna em nosso órgão de classe é fundamental. Se, fora de eventual interesse de circunstância histórica, a expressão democracia é repleta de ambigüidades, em um ambiente restrito como o de uma organização profissional, o exercício das liberdades democráticas é essencial. Não apenas o direito formal de palavra e voto, mas a certeza de sermos ouvidos e considerados, sobretudo no momento em que lentamente preparamos a retomada de nossas ações e nossa participação importante na vida do País.

Neste particular, nada mais nefasto em nosso meio que as articulações das facções que imaginam ser uma forma de vitória, forçando a mão, levar avante suas propostas através de pequenos arranjos e conchavos-de-sala-ao-lado.

Assim, cada realização é uma vitória da auto-suficiência, da impaciência burguesa, apesar de sua aparência, e uma derrota, se me permitem, da democracia, um recuo de nossa entidade profissional.

É preciso que todos os arquitetos se sintam parte e criadores do IAB. Que saibam o que vai acontecer, o que é possível fazer. Porque cada um ouviu e disse e, portanto, sabe.

Ninguém deveria permanecer aqui ignorante do momento seguinte, desinteressado e passivo.

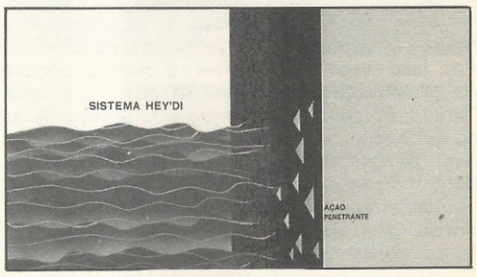
2. Os limites da ação — penso que para progredirmos em nosso trabalho social e político, enquanto órgão dos arquitetos brasileiros, precisamos apreender as nossas posições. Em primeiro lugar, ser justos na avaliação de nossa importância e desimportância, em relação ao processo geral, sabendo que as transformações sociais são produtos de amplos processos que envolvem toda a nação enquanto conjunto humano, e entendida em seu significado histórico-político, no contexto em que são possíveis e em que se tecem suas relações com todos os povos.

Temos que construir o papel de nosso órgão de classe e nossa participação com extrema dedicação mas, também, grande modéstia. O país dos nossos projetos será realizado pelos milhões de brasileiros que somos, todos os reais pacientes e sujeitos do processo.

O progresso social não se faz por procuração. Por isso, não podemos nos arrogar o direito de pensar e agir no lugar das classes sociais e em seu nome. Somos, porém, parte do que poderíamos chamar de consciência nacional, com a responsabilidade de propor e a obrigação de servir.

Não temos direito a iniciativas isoladas e insensíveis e, muito menos, àquelas que, sendo radicais e até generosas, nos exaurem em sua inviabilidade histórica. Favorecem fatalmente os processos regressivos (vide 1964,

IMPERMEABILIZAÇÃO DA UMIDADE PROVENIENTE DO LENÇOL FREÁTICO



O PROBLEMA DE INFILTRAÇÃO EM SUB-SOLOS, TÚNEIS, CÂMARAS SUBTERRÂNEAS, SILOS, FOSSAS, ETC. TÊM SUA SOLUÇÃO DEFINITIVA COM APLICAÇÃO DOS PRODUTOS IMPERMEABILIZANTES HEY'DI, FABRICADOS NO BRASIL, SOB TECNOLOGIA ALEMÃ.

A APLICAÇÃO DO TRATAMENTO ESPECIAL HEY'DI, ALCANÇOU PLENO ÊXITO, EM CASOS COM PRESSÕES SUPERIORES A 50 M DE COLUNA D'ÁGUA.

O "TRATAMENTO ESPECIAL HEY'DI", ALÉM DE GARANTIR IMPERMEABILIZAÇÃO DEFINITIVA SEM LIMITE DE PRESSÃO, DISPENSA O REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO; E A APLICAÇÃO É FEITA INTERNAMENTE. OS IMPERMEABILIZANTES SÃO DE ORIGEM MINERAL O QUE EVITA REJEIÇÕES.

HEY'DI DO BRASIL IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA.
SP – RUA ALBERTINA DE SOUZA, 242 - LAPA
TEL.: 864-1166 - TELEX (011) 24.223-CEP 05037
RJ – R. SAMPAIO VIANA, 288 - RIO COMPRIDO Tel.: 228-6183

A produção arquitetônica

1968) que, se não são perdidos nem constituem derrotas definitivas, são muitas vezes longos e dolorosos, sendo nosso dever contribuir para evitá-los.

3. Alguns temas centrais:

a. Processo nacional/arquitetura nova.

Reitero aqui os termos iniciais de meu depoimento realizado na sede do IAB-RJ, no edifício do MAM, em 1976. Temos que assumir, com a maior lucidez, a idéia de que nos próximos 20 anos deveremos participar do projeto e implantação de novas áreas urbanas, capazes de atender a uma população urbana 2 a 3 vezes maior que a atual.

Seu custo será de aproximadamente 100.000 cruzeiros por habitante, pensando com austeridade e, no mínimo 50, se fecharmos os olhos.

Abaixo deste custo estaremos ameaçados por miséria maior do que conhecemos até aqui.

Nossa arquitetura e nossos planos deverão ser pensados numa nova dimensão e para um grande número de pessoas. Essa massa é pobre. De nada adiantam nossas concepções elitistas, nossa estética concebida em abstrato, e nossa "poesia", que não lhes fazem falta.

Os determinantes de nosso trabalho devem ser pensados diretamente para servir usuários reais, a partir de suas necessidades concretas, considerando seus recursos, suas prioridades, atendendo-os mesmo quando contrariam nossos desejos.

Isto é, "fazer cidade significa assumir nossa parte no desenho dos novos conteúdos da sociedade urbana, aprendendo com ela a solução de seus problemas internos, as atividades que definirá para si mesma, compreendendo a partilha de recursos e tecnologia que destinou aos seus projetos, incluindo os seus próprios critérios de conceituação, dimensionamento, distribuição espacial e organização de todos os locais de que necessita para viver.

"Por nascer com a própria sociedade, essa cidade será brasileira. Brasileira, não por idealismo chauvinista ou persistências formais e retóricas, mas por necessidade e realismo. Nossa missão é assumir o caráter coletivo e político da criação e uma nova estética que não poderá fundir-se em velhos conteúdos de refinamento tecnológico e formal."

Nesse ato, o homem real muitas vezes não pode ser conhecido de fato, mas de ciência. Por isso urge desenvolver a nossa ciência da organização e construção de uma cidade para o homem em nosso país, uma ciência do ambiente humano, que não se confundirá com as demais ciências sociais e que nos dará indicações para projetar os espaços e equipamentos humanos, entendidos como suportes para um processo livre e vivo. Jamais como obras definitivas, impositivas e "estéticas", vale dizer, fascistas.

b. Por uma nova política de obras públicas.

Ressalvado o que foi dito, um aspecto merece atenção. É estarrecedor verificar o desperdício de recursos em quase todas as obras governamentais, à exceção daquelas que se destinam diretamente à população de baixa renda, ou que são menos interessantes enquanto negócio.

Estamos saindo de muitos séculos em que o poder político discricionário de algumas nações construiu, sobre ombros de homens e países escravizados, monumentos de ouro e pedras. Assim tem sido dos egípcios até

ontem. Porém, o direito de roubar e escravizar são práticas históricas peremptas.

Como admitir que se continue a esbanjar os escassos recursos de um continente marcado pela miséria e pelo atraso? Nossa infraestrutura e nossa arquitetura devem caracterizar-se pela economia e pela modéstia. Devemos criticar e combater nossos delírios formais e repudiar com clareza inclusive e defesa literária que, com mal usada licença poética, ato contínuo, fazemos deles.

Por muito tempo ainda, possivelmente cada centavo poupado numa obra ostensiva e desnecessária é condição para que exista um centavo destinado a obras e serviços elementares indispensáveis à sobrevivência e à integração de mais da metade, 2/3 ou 3/4 da população brasileira.

Certas obras não poderiam mais ser toleradas por razões éticas. Edifícios que abrigam inúmeros órgãos públicos são uma verdadeira agressão, não apenas à "sociedade contribuinte" mas, sobretudo, à sociedade economicamente marginal.

O IAB deve colocar em sua pauta prioritária a discussão com o governo, de forma independente e responsável, critérios de projetos que ponham fim aos chocantes abusos que vemos todos os dias e de que somos, por submissão ou inconsciência, instrumentos. Um edifício governamental em Brasília, Fortaleza e Salvador, no ano de 1978, atingiu facilmente custos de 30 a 40 mil cruzeiros/m². O dinheiro gasto com o edifício de uma pequena autarquia qualquer com mármores, múltiplas curiosidades e "gadjets" muitas vezes importados (quantas divisas e royalties), daria para construir todas as ruas, escolas, e edifícios culturais, esportivos, de saúde, paisagismo completo e todas as casas de uma cidade de 15.000 habitantes.

Há que colocar como critério novo, em absoluto primeiro lugar, o interesse social, sem subterfúgios e subjetivismos. Os recursos são sociais. Cabe-nos ao nível de nossa responsabilidade individual e coletiva analisar políticas e programas governamentais esclarecendo a opinião pública em relação aos seus direitos sobre os recursos do Estado, usados de forma discricionária, indiferente aos problemas urgentes da população, malbaratados em obras suntuárias, desviados para interesses menores, projetos discutíveis e até nocivos.

É necessário combater uma política de investimentos públicos que vem sendo traçada para servir aos interesses das grandes empreiteiras e do grande capital.

VENHA CONOSCO

"CASSINO ITÁ ENRAMADA"
4 dias, incluindo passagem aérea S. Paulo/Asuncion/S. Paulo, traslados, Hotel Itá Enramada, com café e jantar típico. Saídas quintas e sextas.

"TRANSCOLORIDA"
18 dias, incluindo passagem aérea, traslados, hotéis luxo, tours: Salvador, Recife, Olinda, Natal, Fortaleza, São Luiz, Belém, Manaus.

"VIVA BAHIA"
5 e 8 dias, incluindo passagem aérea, traslados, hotel luxo e tours.

"SETEMBRO NA EUROPA"
Saída 21/9, volta 23/10, incluindo passagem aérea, depósito, hotéis 1ª cat., traslados e tours: Madrid, Nice, Monte Carlo, Geneve, Roma, Viena, Salzburg, Munich, Amsterdam, Londres e Paris.

"SETEMBRO NO PACÍFICO"
Saída 3/9, volta 30/9, incluindo passagem aérea, depósito, hotéis 1ª cat., traslados e tours: México, Acapulco, Los Angeles, Las Vegas, Honolulu, San Francisco, New York.

tour art
turismo e passagens ltda
AV. SÃO LUIZ 192 SOBRELOJA L/18
FONES 2572032 2578498 SÃO PAULO
EMB. 080086500.6 EMB. OP. 0900005009

A produção arquitetônica

c. Política urbana.

Destacando ainda, como de nossa obrigação, empreender uma análise consistente sobre áreas da política geral que nos afetam mais diretamente, a política urbana e os programas que cada dia ganham maior importância no setor turístico.

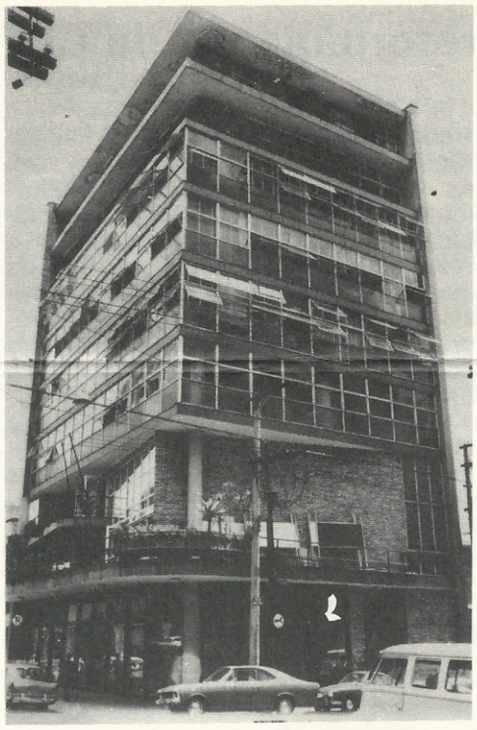
Todos os recursos e estímulos aplicados têm aparentemente o objetivo de ativar a economia dentro do sistema, criando novos empregos (2 a 4 milhões por ano) nos próximos 20 anos. E isso corresponde inegavelmente ao interesse social.

Entretanto, isto posto, parece-me que a política governamental vem sendo traçada em meio à nossa indiferença no que respeita, pelo menos, a dois aspectos essenciais:

a. O poder crescente do governo central, criando órgãos poderosíssimos que reduzirão a-quase-nadas formais as prerrogativas constitucionais dos municípios: o BNH, a CNPU, CNDU e o EBTU. Tudo contribuindo para promover um modelo descentralizado que teme a cidade como forma democrática de concentração. Trata-se de uma política que pode ser assumida como de centralização crescente do poder, descentralização urbana e atomização social.

Essa política de controle expressa no importantíssimo Decreto-Lei nº 14 de 1978 interessa realmente a nosso País?

b. O lazer está sendo transformado em negócio de enormes proporções que vai da venda à população de pequenos bens e serviços que lhe consome os minguados recursos, até grandes obras feitas com dinheiro



público, entregues de mão beijada ao setor privado, estímulo à especulação da paisagem fragilizada.

São extraordinários os projetos de infra-estrutura destinados especialmente às áreas litorâneas, que serão sempre anti-econômicas — porque de baixíssima densidade — e ociosas — porque de utilização sazonal. Isto, ao lado da negligência com que são tratados os grandes centros urbanos, onde vive de fato, sem a infra-estrutura, toda a população, e cuja desestruturação e deterioração se transformam, progressivamente, em poderosos indutores de evasão.

Penso que seria interessante refletir sobre a necessidade de rever os conceitos de lazer, ligados a novos conceitos e conteúdos urbanos nossos, dispersando nas próprias cidades atividades sociais e culturais que constituam uma real alternativa de recreação e bem estar aos novos mitos aparentemente irresistíveis do verde, do mar e do sol.

A única maneira de preservar os bens naturais é preservá-los decididamente da especulação, impedindo que sejam transformados em meros produtos de uma lamentável sociedade de consumo.

É preciso elevar o nível de racionalidade de nossas propostas sociais eliminando uma crescente dependência de deslocamentos físicos da sociedade, tanto para atender às suas necessidades objetivas de sobrevivência como aquelas perversamente criadas pela pressão dos negócios do lazer.

Finalmente, entendo ser necessário dizer alguma coisa sobre o meu trabalho.

Acredito que todo projeto é importante, mesmo o pequeno, mesmo o incoerente.

São laboratórios. Permitem refletir e operar com os lugares dos homens, suas complexas e maravilhosas necessidades, com os materiais-matérias e tecnologias, com a luz, a economia, a ética, a política.

"Uma casa é uma pequena cidade." Van Eyck.

Durante muitos anos pensei que somente a "construção" era importante. Arquitetura seria construção, bem entendido, para abrigar um sistema de atividades-espaços organizados para o homem. Pensava que esta maneira de ver me orientava e, mesmo, me diferenciava.

Resultava num trabalho caracterizado por um certo rigor na análise dos fatores e, em conseqüência, rigoroso nas soluções finais, uma arquitetura contrária ao ornamento, ao decorativo e às formas habituais daqui e de fora, ponto de partida de tantos projetos.

Eu ignorava e negava o quanto e como a beleza me era importante.

Lentamente compreendi e consenti que, mesmo tendo uma aversão por todo gênero de "estético" forçosamente pré-concebido, meu grande desejo era o de criar o belo, de produzir uma arquitetura cada vez mais bela e, não obstante, marcada por sua destinação humana e social, antropocêntrica.

Mas quem, em sã consciência, se julgaria possuidor de tais reservas de beleza, para oferecê-la, prodigamente, aos outros?

Quais seriam, então, além de toda retórica, os critérios para produzir o belo?

O que é o belo? Como se aprende?

Como se ensina?

Como fazê-lo?

Procurando no fundo de mim mesmo as referências que me serviram de base nesta procura da beleza, identifico:

1. A análise das relações entre os volumes habitáveis e a paisagem, a inserção perfeita no sítio, a integração perfeita à cidade, do ponto de vista funcional, ambiental, cultural e, portanto, formal.

2. O compromisso em relação ao homem, cujas necessidades e sensibilidade são as razões primeiras do projeto, que deve garantir-lhe as prerrogativas de participação real e de liberdade.

3. A construção impecável, rigorosa, coerente e justa, realização e expressão destas relações e compromissos.

Junho/1979.

VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ

Importadores - Distribuidores Santa Marina

Espelhos a cores e oxidados
Vidros temperados para box
e instalações
Colocação de vidros em geral
Espelhos em cristal belga

VIDROLUZ
COMÉRCIO DE VIDROS LTDA.
Rua Amaral Gurgel, 459 - São Paulo
Telefones: 259-9341 e 259-5696

Para anunciar no
Jornal ARQUITETO
Tel. 257-4414/259-7919

MAQUETES
Arquitetônicas, Industriais,
Loteamentos, Paisagismo,
Protótipos e Especiais.
LESSIN DESIGN
Rua Mario Amaral, 82
fones: 284-4840
284-9171

Assembléia do SASP debate reformulação da CLT

Como já se esperava, a questão da estrutura sindical foi a que levantou maiores polêmicas na assembléia geral convocada pelo SASP no último dia 14 de agosto. Realizada para debater reformas do estatuto, anuidade para 1980 e o posicionamento da categoria em relação à alteração da CLT, a assembléia, porém, foi quase toda dedicada à discussão do último item através das várias propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho sobre o assunto, que está funcionando na entidade.

A sessão foi aberta pelo presidente do SASP, Jon Maitrejean, eleito pela assembléia para presidir os trabalhos, secretariado pela arquiteta Maria Giselda Cardoso Visconti, responável pelas propostas de reforma do estatuto. Essas reformas, segundo Maitrejean, foram ditadas essencialmente por problemas de operacionalidade interna da organização do sindicato, não modificando os estatutos na essência. Depois de lidas as modificações por Giselda Visconti, elas foram aprovadas pela assembléia.

A palavra foi então passada a Idal Feferbaum, primeiro tesoureiro, que explicou a necessidade de se modificar o sistema de cobrança do sindicato para 1980. "Nossa anuidade é corrigida a cada ano pelos índices do governo. Mas como os associados têm um prazo para pagar até o final do ano, quando a anuidade é paga de junho para diante, a inflação já comeu boa parte dela. Além disso, achamos que é necessário dar uma satisfação diferenciada ao sócio que paga e àquele que não paga e para aquele que paga no início ou no final do ano." Por isso, Idal propôs que a anuidade fosse transformada em parcelas trimestrais que venceriam em 15/2, 15/5, 15/8 e 15/11 no valor de 450 cruzeiros. Para aqueles que quisessem quitar tudo no início do ano, haveria um desconto e ele pagaria 1.300 cruzeiros.

O sistema de cobrança seria por carnê através de convênio com o Banco do Brasil, única forma permitida por lei e os carnês seriam distribuídos já em novembro de 1979. Para o recém-formado haveria também uma vantagem: durante dois anos, a partir da data de seu registro no CREA, ele pagaria apenas 50% da anuidade. A proposta foi aprovada, após discussões sobre se era democrático ou não vetar ao sócio não quite com a primeira parcela trimestral o direito de voto em assembléia, se ela for realizada no primeiro dia após o vencimento da mesma (16/2).

A palavra foi passada então a Alfredo Paesani, presidente da Federação Nacional de Arquitetos, representando na ocasião o GT sobre Reformulação da CLT do SASP, que leu rapidamente as propostas do grupo a respeito do assunto, propostas essas que serão levadas para um debate a nível nacional ainda neste mês de setembro, juntamente com contribuições dos demais sindicatos de arquitetos do Brasil.

Após a leitura, Paesani falou da importância da discussão sobre o assunto pelos arquitetos, integrantes das chamadas profissões liberais que ocupam uma posição extremamente esquisita, muito mais próxima da organização patronal do que dos empregados. "Acreditamos, depois de participar de várias reuniões inter-sindicais com trabalhadores de várias áreas, que quem deve decidir sobre a organização do trabalho e dos sindicatos são os trabalhadores. A nós, profissionais liberais, cabe discutir sobre os itens que nos são específicos, mas que não colidam com o interesse dos trabalhadores em geral. Por isso, para nós, o item mais importante parece ser o da estrutura sindical porque dá origem a um novo sindicato."

Existiam quatro possibilidades para a organização desse novo sindicato segundo as propostas do GT: reorganizar os sindicatos de profissionais liberais, transformando-os em sindicatos de profissionais de nível universitário, englobando arquitetos empregados, autônomos e escritórios de arquitetura, organizados em sociedades civis limitadas, constituídas majoritariamente por sócios arquitetos; 2 - integrar os arquitetos assalariados em sindicatos de profissionais liberais; 3 - extinguir os sindicatos de profissionais liberais, incorporando os arquitetos assalariados aos sindicatos de trabalhadores por ramo de produção das empresas e os autônomos ou participantes de escritórios de arquitetura e as empresas de arquitetura nos sindicatos patronais; 4 - constituir três sindicatos, um de assalariados, outro de autônomos e outro de empresas de arquitetura.

Paesani defendeu, pessoalmente, a tese do sindicato misto, achando preferível trazer para dentro do novo sindicato as contradições de empregados e empregadores do que extinguir o sindicato ou dividir os arquitetos em vários sindicatos. "Os arquitetos ainda se ressentem de normas específicas de relações de trabalho por isso acho muito importante para a categoria reorganizar seu sindicato como processo de reorganização da profissão."

Muitos discordaram da posição por acharem que reunir numa mesma assembléia arquitetos-empregados e arquitetos-empregadores poderia prejudicar os empregados. "A maior prova disso é este próprio sindicato que congrega apenas arquitetos autônomos e assalariados por opção. Ele acaba não representando os anseios da maioria dos arquitetos, hoje assalariados, e por isso não há motivação para que eles venham aqui", argumentou um dos presentes.

Em meio a essa discussão, levantou-se também outro ponto considerado importante dentre as propostas que é a eliminação da contribuição sindical, que atrela os sindicatos ao governo. Segundo Paesani, é consenso geral dos trabalhadores que essa extinção seja gradativa pois, hoje, a maioria dos sindicatos vive dessa contribuição (no sindicato de arquitetos ela vai representar 40% da receita de 1980) e com a sua extinção imediata, grande parte deles são sobreviveria. " A idéia não é acabar com essa contribuição, mas desvinculá-la do governo. Continuaria a ser obrigatória, mas por decisão dos próprios trabalhadores que estabeleceriam seu valor nos contratos coletivos de trabalho", explica Paesani.

"Por isso", levantou o arquiteto Jorge Caron, "acho essencial o estabelecimento de um Código de Trabalho. Terminada a contribuição sindical boa parte dos sindicatos de hoje vão acabar e vão nascer outros. Esse código é importante para determinar como vai ser esse outro, que acredito conseguirá trazer para dentro do sindicato o assalariado. Mas para dentro de um sindicato novo, dentro de uma nova legislação."

No final, chegou-se à conclusão de que o importante era lutar para que a noca CLT contivesse os pontos básicos exigidos pelos trabalhadores, com abertura suficiente para que, depois, cada categoria decidisse o que era melhor para ela. "Vejam, pela primeira vez estamos discutindo nossa organização de trabalho. Ainda não exercitamos nossa capacidade de reinvidicações, há muita coisa que pode ser feita. Nós não temos ainda nem mesmo lideranças sindicais, somos virgens no assunto, é preciso discutir muito e ganhar experiência. Por isso, acho que é preciso apoiar coisas básicas para o geral dos trabalhadores mesmo que sejam coisas que hoje não nos beneficie, como o contrato coletivo de trabalho", concluiu Maitrejean.

Arquitetos propõem Fundo de Assistência Técnica à Habitação popular

Criação de um Fundo Nacional de Assistência Técnica à Habitação, alteração na forma de compor a tabela de honorários e direito de autoria com remuneração paritária para os arquitetos assalariados foram as três propostas levadas pelo IAB-SP à última reunião do Cosu, realizada de 10 a 14 de julho últimos, em Porto Alegre.

A primeira proposta, de autoria de José Carlos Ribeiro de Almeida, fala da criação de um fundo nacional de recursos para a assistência técnica, constituído pela arrecadação compulsória de uma das folhas de pagamento (pagos pelo empregador) e dos pagamentos efetuados a autônomos. Sua aplicação seria a fundo perdido e se destinaria ao pagamento de assistência técnica gratuita (projetos, aprovação e acompanhamento de obra) de habitações de interesse social; pagamento de honorários profissionais ao arquiteto que atuará junto a cada prefeitura municipal do país; pagamento às prefeituras de estudos ou projetos que possibitem a abertura de outros créditos para o seu desenvolvimento; pagamento de projetos de conjuntos habitacionais populares executados por COHABs e semelhantes, ligados ao Sistema Financeiro da Habitação.

A proposta tem como objetivos aliar os aspectos sociais ligados à habitação às necessidades profissionais dos arquitetos, sendo habitação entendida não só como edifício residencial mas também como o meio em que se situa e a infra-estrutura que o apóia. Visa ainda utilizar profissionalmente um grande contingente de arquitetos cuja formação representa um grande ônus à nação e que se encontram desempregados ou subempregados; subsidiar a construção de habitações e fornecer assistência técnica aos municípios, impedidos pela falta de autonomia política e de recursos; descentralização dos profissionais, amontoados nos grandes centros, criando condições para que atuem no interior.

Essa proposta visa ainda criar condições para que pequenos centros urbanos se desenvolvam mais harmonicamente, ordenando a forma caótica com que são dispendidos os pequenos recursos municipais não provocando, no entanto, a eliminação das associações de profissionais ou organizações institucionais existentes como cooperativas, construtoras municipais.

Já a proposta de direito de autoria remunerada paritária para os arquitetos assalariados tem como objetivos garantir aos arquitetos assalariados em empresas públicas e privadas que atuem na elaboração de projetos onde a autoria fique configurada, que essa autoria seja efetivamente reconhecida e que os honorários profissionais devidos ao autor do projeto sejam calculados pela tabela oficial do IAB.

Isto é, além do salário profissional lhe seria paga a parcela adicional baseada em tabela como se fosse autônomo.

Finalmente, a proposta que fala na alteração da forma de compor a tabela de honorários apresenta a idéia de que o valor dos honorários profissionais, sem entrar no mérito do critério em que se baseia a atual tabela do IAB, é composto de dois fatores: um que corresponderia ao Direito Autoral, que seria único a nível nacional (60% da atual, por exemplo), e outro que corresponderia aos custos do projeto.

Um Manifesto ao povo de Caçapava que fala dos riscos do "progresso"

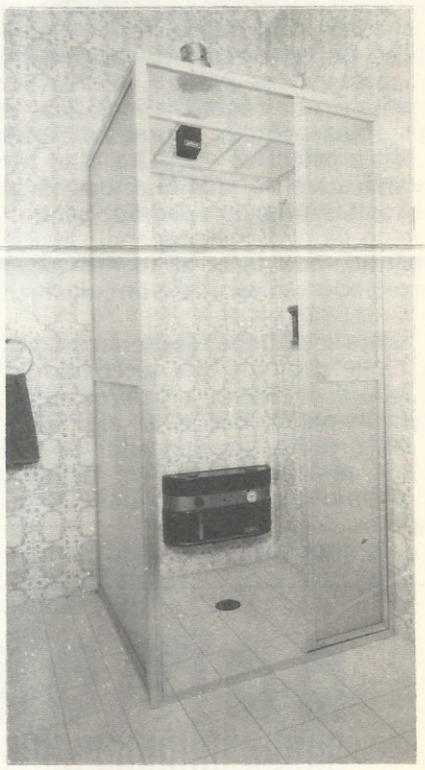
A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, AGAPAN, através de seu presidente, professor José Lutzenberger, enviou mensagem ao povo de Caçapava alertando-o dos riscos da iminente implantação de indústrias altamente poluidoras naquele município. O documento aponta como elementos e substâncias que essas indústrias estarão expelindo metais pesados "e, dentre estes, queremos aqui destacar apenas o chumbo". Ele estará não apenas no ar, mas na água e nos alimentos que a população consome, "pois serão contaminados os mananciais, hoje ainda de rara pureza, e estará contaminada toda a produção agrícola e a pecuária atingida".

O documento da AGAPAN detalha as conseqüências do chumbo no organismo humano, caracterizado como neurotóxico e, ao interferir no código genético, manifesta-se como cancerígeno, mutagênico e teratogênico, prejudicando mais seriamente as crianças com menos de quatro anos de idade. São levantadas, no manifesto, questões de ordem puramente econômica que, diante dos prejuízos ao homem, perdem qualquer valor, mesmo que imediatos. Depois de apontar o desumano desse "progresso", o documento convida a população de Caçapava e a todos os brasileiros a refletir a respeito.

Protherm.
A sauna residencial.

Qualquer casa ou apartamento pode ter o privilégio de uma sauna Protherm.

Moldada em fiberglass, possibilitando opção em diversas cores, a sauna residencial Protherm pode ser facilmente instalada no box já existente, representando a imediata valorização do imóvel a um custo mínimo.



protherm
INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA

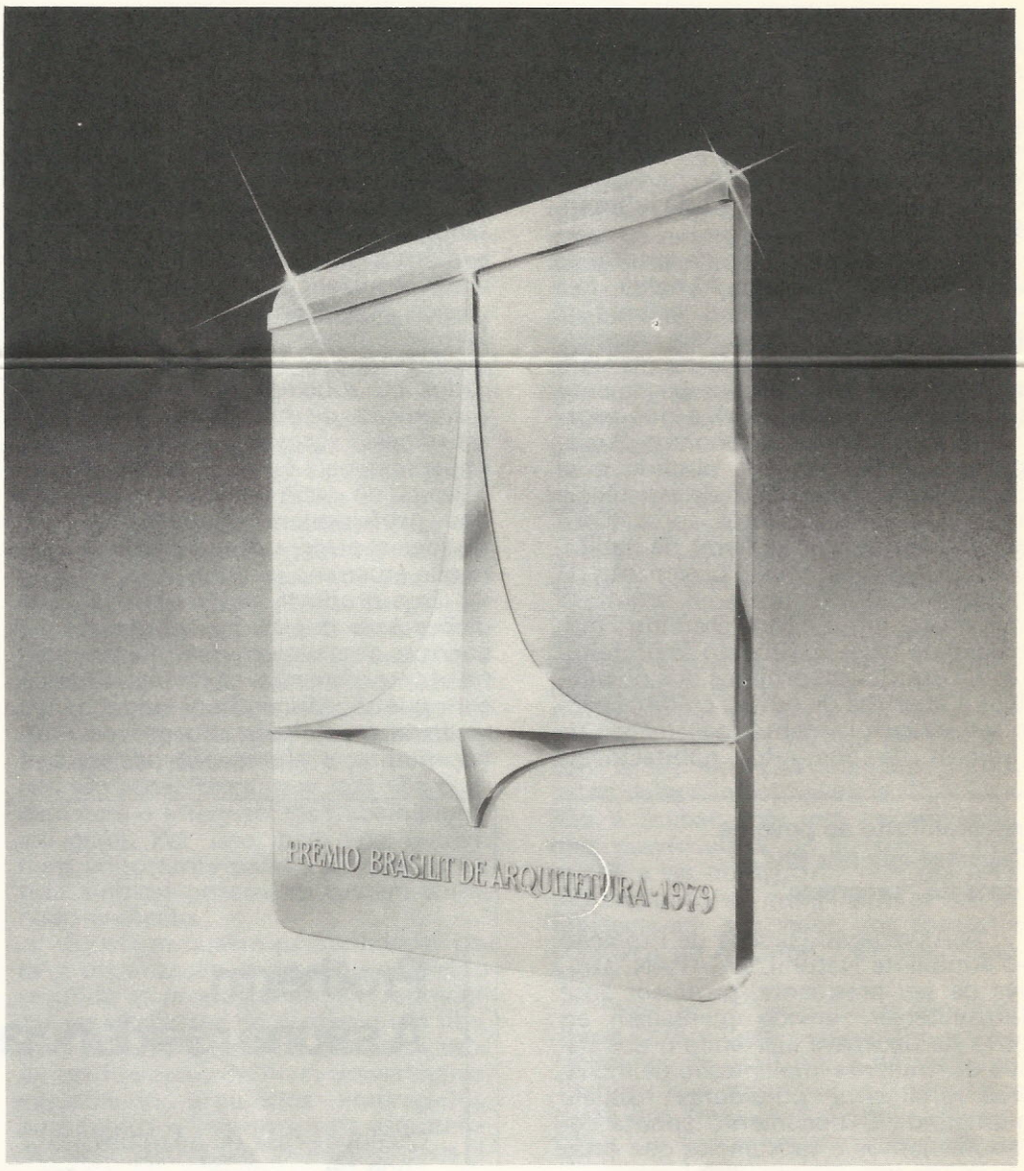
Rua Pinheiros, 20 - 7º andar - cj. 71
Tels.: 64-1170 e 280-2457 - São Paulo

IAB e Brasilit lançam concurso de arquitetura

Um dos maiores problemas da participação dos arquitetos nos vários concursos que são promovidos é o alto custo da elaboração e apresentação dos projetos, que quando não classificados acabam não tendo nenhum retorno financeiro. Além disso, muitas e boas idéias, soluções interessantes, acabam se perdendo ou são limitadas pelas especificações extremamente rígidas desses concursos.

Por isso, há muito tempo o IAB vem buscando uma melhor fórmula que possa solucionar — ou pelo menos minimizar — esse problema. Mais uma tentativa nesse sentido está sendo feita atualmente com o concurso da Brasilit, feito em convênio com o IAB, que tem como objetivo o desenvolvimento de projeto de edifício residencial, de qualquer categoria, onde obrigatoriamente se utilize a cobertura Brasilit. O concurso não visa a contratação de um projeto a ser edificado, mas apenas a um exercício de criatividade e o desenvolvimento de um certame de caráter cultural, que ao mesmo tempo ofereça soluções arquitetônicas para a aplicação correta das telhas de cimento-amianto.

A grande novidade deste concurso é que ele será desenvolvido em duas fases: uma pública, aberta a todos os sócios titulares do Instituto, no gozo de seus direitos, e outra privada, com participação limitada aos trabalhos selecionados na primeira fase. A parte pública do concurso será basicamente um concurso de idéias, limitada à apresentação de cópias heliográficas de duas folhas padrão, fornecidas pela Brasilit e pelo IAB - SP. Qualquer texto explicativo ou memorial deverá ser escrito nas pranchas-padrão, sendo a inserção de qualquer material diferente considerado fator de identificação, acarretando sua exclusão do julgamento.



Para a segunda fase serão escolhidos cinco projetos que receberão um pró-labore de 50 mil cruzeiros para o desenvolvimento das idéias até o nível do anteprojeto. Ao vencedor da fase privada será concedido um troféu e um prêmio em dinheiro de 200 mil cruzeiros.

As inscrições, de acordo com o edital, estão sendo feitas desde o dia 1º de agosto último, nas sedes dos Departamentos e Núcleos Regionais do IAB, encerrando-se no dia 28 de setembro próximo. Os trabalhos da fase pública serão recebidos até às 18 horas do dia 21 de outubro nos locais de inscrição e o resultado será conhecido até 16 de novembro de 1979. Os resultados da fase privada serão conhecidos no dia 16 de janeiro de 1980, em ato público, ocasião em que será inaugurada a exposição dos trabalhos premiados, em local oportunamente anunciado.

O arquiteto consultor do concurso é José Carlos Ribeiro de Almeida a quem poderão ser encaminhadas as dúvidas até o dia 12 de outubro.

As consultas deverão ser endereçadas ao IAB-SP — Prêmio Brasilit de Arquitetura - R. Bento Freitas 306, 4º andar, sala 43, São Paulo, Capital, CEP 01220.

DOMOS
colorplast

Os domos acrílicos Colorplast equacionam qualquer problema de aclaramento natural e aeração.
Porque Colorplast faz domo **padronizados e modulados**, em medidas que se adaptam aos vãos mais arrojados.
Trabalhe com liberdade.
Nossa técnica estará sempre à sua disposição para ajudá-lo a iluminar ainda mais o seu projeto.

O II Encontro Estadual de Arquitetos espera sugestões de temas

Dois anos após a realização do I Encontro Estadual de Arquitetos, o IAB-SP começa a se movimentar para tentar reunir novamente os profissionais paulistas. Constituída a cocomissão organizadora sob a coordenação de Edgar Dente, vão se delineando os objetivos, temas e formas de realização deste II Encontro que deverá acontecer em fins de setembro próximo.

A princípio o encontro servirá como preparação para o X Congresso Brasileiro de Arquitetos marcado para novembro em Brasília. Mas deverá ser, segundo Dente, uma possibilidade real de "mobilização da categoria para ampliar a discussão de temas próprios das duas entidades — IAB e SASP, no momento em que entram em fase de eleições". O II Encontro deverá, também, responder à necessidade que vem se estabelecendo de exercício de reunião e discussão de questões mais gerais como está ocorrendo com os outros setores da sociedade brasileira.

"Inicialmente o IAB-SP propôs um encontro mais formal"— conta Edgar Dente. "Foi sugerido um tema central, 'O Exercício Profissional e o Papel das Entidades', além da provisão de um local bastante amplo que acomodasse os participantes e atividades paralelas ao Encontro. A comissão organizadora, no entanto, optou por um acontecimento mais espontâneo. Se tivermos, por exemplo, um número grande de inscritos e nenhum local definido, poderemos nos reunir, inclusive, na rua ou em praça pública. Quanto ao tema, vamos primeiro procurar ouvir a 'periferia' da categoria, em busca do que as bases consideram temas prioritários. Pode ser que acabemos discutindo mesmo o que foi proposto do IAB-SP ou, então, coisas novas que representem o atual universo de problemas da categoria." O I Encontro Estadual foi marcado por um certo esvaziamento, principalmente por falhas na organização que levou um número pouco significativo de participantes em Campinas, onde seu deu a reunião. Havia, na época, a preocupação de, através do I Encontro, solidificar os núcleos do IAB-SP que estavam se criando pelo interior do Estado." Já este II Encontro não tem a perspectiva de ser conclusivo. Pretende ser um esforço de discussão sobre a representatividade da categoria, os obstáculos e caminhos a serem erguidos pelas entidades existentes. Servirá para repercurtir a participação dos arquitetos dentro do IAB e do Sindicato. Enfim, o II Encontro estadual deverá ser uma preparatória para o X Congresso e de definição de metas para as próximas gestões das entidades de classe."

A comissão organizadora está preparando um documento em que é analisado o atual quadro de problemas que envolvem as atividades do IAB-SP e do Sindicato. Posteriormente, ele será distribuído entre os arquitetos para análise, discussão e sugestões visando ao Encontro. Paralelamente às propostas de temas que surgirem dessa consulta, poderão ser assimilados pelo II Encontro os trabalhos que vêm se desenvolvendo nos Grupos de Trabalho do IAB-SP e os estudos sobre CLT e Sindicalismo do Sindicato de Arquitetos de São Paulo. Até o final de agosto a comissão organizadora espera ter maiores definições sobre como se dará o Encontro.

O clubinho, um ano de serigrafia em Santos

O Atelier G desenvolveu durante um ano um trabalho de pesquisa e divulgação gráfica, produzindo cerca de 50 tiragens de serigrafias numeradas e assinadas por vários artistas e distribuindo-as a preços simbólicos em vários níveis sociais.

A fórmula para realizar esta iniciativa foi a criação do "Clubinho", cujos associados se comprometeram a escolher durante seis meses pelo menos uma serigrafia por mês, sendo que o sucesso de tal esquema nasceu de uma dose de idealismo, com um lúcido pensamento concreto, possível, dentro da perspectiva da experiência esgotar-se no prazo de um ano. O objetivo não foi visar lucro, mas a necessidade de produzir arte, ao alcance de um público maior.

A dinâmica inovadora do Atelier G, com a criação do "Clubinho", representa assim, em Santos, um fenômeno raro e admirável de uma associação de artistas de excelente nível, que contribuíram para o completo êxito do empreendimento.

O IAB — Núcleo da Baixada Santista — com a colaboração da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Santos não poderia se furtar a um movimento de tal envergadura, e com a conjugação de múltiplos esforços realizou exposição, de tal forma que o público pudesse sentir e aquilatar que onde existe um escopo claro e bem definido é possível realizar um trabalho bastante fecundo.

Dentro das premissas estabelecidas pelo IAB — Núcleo da Baixada Santista — situa-se a divulgação da arte e cultura de sua região e assim, após esta primeira mostra, coincidente com o encerramento do "Clubinho", seguir-se-á uma série de exposições do presente acervo — que ora passa a pertencer a este IAB/NBS — em São Paulo e outros estados.

Os curta-metragens sobre habitação mostrados no IAB-SP

O IAB-SP apresentou na noite de 23 de julho último, em sua sede, uma mostra de filmes de curta metragem sobre "A Questão Habitacional na América Latina". Os filmes anteriormente exibidos na Conferência Habitat 76, em Vancouver, são provenientes da Argentina, Colômbia, Cuba, México, Peru e Venezuela.

AR CONDICIONADO SEMI-CENTRAL
Residências, Apartamentos, Lojas e Escritórios
A SOLUÇÃO PARA O ARQUITETO QUE NÃO GOSTA DE VER A SUA CRIAÇÃO DESTRUIDA
Instalações em harmonia com o seu projeto no interior e na fachada
expert
AR CONDICIONADO
TEL: 577-9319

CREAs querem nova composição para Conselho Federal

A penetração no mercado nacional da construção civil de firmas estrangeiras e a garantia de autoria individual e da possibilidade do exercício individual do trabalho foram os principais pontos discutidos na pauta oficial da reunião de representantes dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de todo o país, realizada de 23 a 27 de julho últimos, em Brasília.

Mas o saldo mais importante dessa reunião, segundo Lúcio Gomes Machado, representante do SASP no CREA - SP, foi o consenso geral, principalmente dos grandes CREAs, de colocar em cheque a legitimidade da representação das profissões nos órgãos de fiscalização dos direitos profissionais. "Vivemos nessa reunião um clima de 'queda do Império Romano', com velhos representantes dos CREAs se apegando desesperadamente aos seus últimos privilégios", comenta Lúcio.

Segundo ele, o que se sentiu é que nem mesmo os engenheiros civis se sentem representados de fato a nível nacional, tanto que estão fundando uma Associação Nacional de Engenheiros Civis, que segundo alguns será o IAB dos engenheiros.

E a insatisfação é mais do que justa. O Confea se compõe de três representantes de escolas (um de agronomia, um de arquitetura e um de engenharia) e 15 membros representantes de entidades — 3 engenheiros civis, 3 engenheiros industriais, 3 engenheiros eletricistas, 3 arquitetos e 3 agrônomos — que, por rodízio nas 23 regiões (há praticamente uma região para cada Estado), vão se alternando com mandatos de três anos com prorrogação possível de mais três. "Além disso, de dez anos para cá, foram criadas dez novas regiões que têm preferência no Confea porque nunca tiveram representantes antes. Pelas contas, teremos no mínimo oito regiões sem representantes sempre. Além disso, também, é preciso lembrar que essas novas regiões têm exercício profissional novo e portanto pouca representatividade. É claro que esse é um critério estapafúrdio, pois regiões da importância de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul ou Minas, ficam sem representantes no Conselho.

"Agora, em se falando de Arquitetura, especificamente, a situação é ainda pior pois nós representamos um quinto do Confea enquanto a engenharia representa três quintos. Quando se pensou num conselho que congregasse profissões, não se pensou em congregar profissionais.

Assim, tudo o que diz respeito à arquitetura é sempre relegado a um segundo plano principalmente na área dos engenheiros civis, que ainda lutam pela manutenção de uma série de privilégios profissionais em detrimento dos arquitetos. Uma série de problemas de Arquitetura não é resolvida por conveniências.

Segundo Lúcio Gomes Machado, esse problema é debatido na quase totalidade dos CREAs, onde, na sua grande maioria, os arquitetos não conseguem nem mesmo formar uma câmara especializada por pressões. "Por isso é que o IAB — DN vem desenvolvendo duas políticas paralelas dentro desse assunto: um esforço para formar o CREA, através de uma lei que desvincule os arquitetos do sistema CREA - Confea e uma luta para que, dentro da estrutura do próprio Confea, haja paridade."

Reunião das câmaras

Ainda dentro dessa reunião de representantes de Brasília, na reunião dos representantes de Câmaras discutiu-se também uma forma de alcançar a paridade e conseguir uma representação proporcional quando o assunto é específico de uma área ou de uma Câmara e uma representação paritária quando a decisão tem caráter inter-cameral ou inter-profissional. "Assim, o Confea seria necessáriamente paritário." Para Lúcio, toda essa insatisfação contra o sistema de representatividade é uma decorrência de todo o movimento pela democracia que se vê em todos os setores da sociedade brasileira. "Nossa luta - dos arquitetos - vai demorar ainda alguns anos até qua saia uma nova legislação. Enquanto isso, é preciso que a categoria se mobilize não só dentro da política profissional mas também dentro da política nacional. É preciso lutar pela exclusividade na direção da obra de arquitetura."

Prefeitura simplifica aprovação de plantas

Foi assinado pela prefeitura da Capital decreto que disciplina o processo especial de aprovação de projetos de construções e regulamenta o Código de Edificações no que se refere aos processos de pedidos de aprovação de plantas para novas edificações, reformas e reconstruções. Com esse decreto deverão ser apresentadas apenas duas plantas mas que não poderão ser corrigidas. Deferido o projeto, o interessado entregará as outras vias para autenticação o que representará economia de cópias e volumes tanto para o proprietário como para a Prefeitura. Os pedidos para aprovação de plantas de reformas e de reconstrução de edificações já demolidas serão objeto de processo especial. Nos casos em que se fizer necessária a comunicação entre a Prefeitura e o interessado, este assina o requerimento de aprovação mas o autor do projeto passa a ser o representante do proprietário junto à Prefeitura. Também o responsável pela obra acompanhará o processo em nome do proprietário.

utilize o processo
megsa
de impermeabilização: simples
seguro
duradouro
rua venâncio ayres, 647 s. paulo 62 4600
62 2102

ATO 6

As razões da queda

"Quando revogou o Ato 6, o CREA não levou em conta como elemento principal o aumento do mercado de trabalho. Foi, na verdade, um problema de responsabilidade social do profissional."

Essa a opinião de Lúcio Gomes Machado, representante do Sindicato de Arquitetos no CREA—SP.

Segundo ele, o Ato 6 nasceu de uma pressão populista e paternalista que acabou por influenciar uma decisão do CREA, que dava a aparência de resolução de um grande problema nacional: a moradia popular."É claro que ele não resolveu o problema mas fez com que uma faixa de profissionais desonestos deixasse de ter origem de recursos, que seria o projeto e a execução dessas moradias. Para o CREA também deu a aparência de resolver o problema de acobertamento. Mas, o que interessava de fato, a resolução do problema social, esse continuou sem solução."

Nessa época, os arquitetos eram pouco representados no CREA e não existiam os sindicatos da categoria. A decisão foi tomada à revelia de um já significativo contingente profissional. Mas, de lá para cá, houve mudanças substanciais na composição da entidade e os arquitetos passaram a ter uma representação ativa. Foi então que começou uma campanha pela revogação desse ato, que estava frutificando em outros CREAs.

"Com o advento do Ato 6 se instalou uma rotina. As poucas prefeituras que tinham condições técnicas de dar assistência à moradia popular acabaram com esses órgãos para fornecer as tais plantas-padrão. Decidiu-se então que acabar com ele daria as devidas responsabilidades aos profissionais."

A idéia que ocorria era de que não havia forma de dar assistência técnica a esse tipo de moradia. Isso porém não é verdade pois o quadro técnico das grandes prefeituras é subutilizado e o das pequenas pode perfeitamente se consorcizar para prestar esse tipo de serviço.

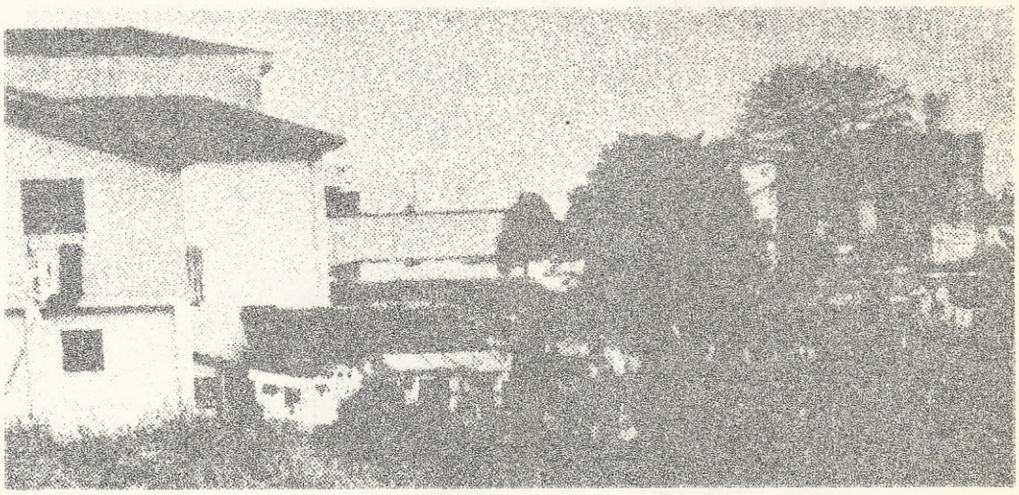
Além disso, as entidades profissionais, clubes, sindicatos podem montar cooperativas de consumidores. Se a assistência técnica é inviável individualmente, pelo baixo poder aquisitivo do consumidor, em cooperativas isso se torna perfeitamente possível.

"Existe ainda a hipótese dos arquitetos gaúchos de um fundo estatal para a Assistência Técnica à Moradia Econômica — ATME — e a Cooperativa de Arquitetos, que já é uma realidade em São Paulo. Nessa cooperativa, aliás, que está atuando na zona Leste da cidade, descobriu-se, por exemplo, que o suborno pago à fiscalização era maior do que o que a cooperativa pretendia como remuneração por seu trabalho técnico."

Para Lúcio Gomes Machado porém, tudo isso não resolve o problema básico. "Desde 1964 foi efetivada a ideologia da casa própria, da propriedade como manutenção do regime. Para que isso fosse efetivo era preciso que todos tivessem acesso à casa própria, principalmente a população de baixa renda. Isso porém não é possível, nenhum país do mundo conseguiu isso. Além disso, essa política é um verdadeiro suicídio urbano pois não há condições de atender à intra-estrutura necessária a toda essa explosão geográfica de loteamentos."

Segundo Lúcio, é preciso notar ainda que o Ato 6 não acabou com o acobertamento, a máfia que já existia continuou atuando. Além disso, a grande maioria das casas que caíam quando chovia um pouco mais forte havia sido construída segundo o Ato 6.

Agora, revogado o ato, resta saber se o CREA terá condições efetivas de fiscalizar o acatamento ou não dessa decisão. Segundo Lúcio, no momento, o que a entidade pode fazer é não considerar como válidos os projetos-padrão.



A orientação necessária

Uma comissão de representantes dos técnicos de nível médio esteve no início de agosto na sede do CREA-SP, para discutir a revogação do Ato 6, que permitia que a construção de casas populares, com um máximo de 60 metros quadrados e um sistema estrutural simples, dispensasse a participação do arquiteto ou engenheiro no projeto. Segundo eles, a revogação desse ato teve um caráter pouco humanitário pois veio restringir, drasticamente, o mercado de trabalho.

No CREA, eles foram recebidos por seu presidente, Ismael José Brunstein, que explicou que se nessa área a participacão dos profissionais de nível médio ficou restringida, existe um grande espaço vago no mercado que eles podem preencher, desde que se habilitem: o mestre de obras, por exemplo, uma figura hoje em extinção, ou, no mesmo nível, só que em outras áreas, o auxiliar de escritório, o chefe de turmas.

"Esse ato contrariava inclusive uma lei existente, que não permite que nenhuma obra, qualquer que seja o seu tamanho, seja feita sem a participação de um arquiteto ou um engenheiro civil", explicou. "É do conhecimento de todos que a quase totalidade das moradias que desabam com a chuva foi construída sem orientação técnica. As plantas feitas, fornecidas pela prefeitura, são dadas aleatoriamente, sem saber quais as condições do terreno. Depois, na hora de construir, novos e perigosos erros são cometidos: vigas maiores do que o necessário, alicerces inadequados."

Segundo Ismael Brunstein, a revogação desse ato deve realmente acarretar em maior ônus para essa população mais carente mas esse é um problema para a sociedade resolver. "Além disso, a população mais carente é justamente a que mais precisa de orientação técnica pois às vezes na construção de sua casa gastam mais do que o que seria necessário por falta dessa orientação."

Arquitetos discutem participação mais ativa na luta pela anistia

O Comitê de Arquitetos pela Libertação dos Presos de Itamaracá, o Sindicato de Arquitetos de São Paulo e o IAB-SP realizaram no último dia 9 de agosto, na sede do SASP, uma reunião para se discutir uma forma dos arquitetos participarem mais ativamente da luta pela anistia e seu apoio aos presos em greve de fome há 19 dias, no Rio. Na oportunidade estiveram presentes e fizeram uso da palavra vários profissionais e estudantes de arquitetura que foram punidos pelos atos de exceção como Mayumi Souza Lima, Paulo Mendes da Rocha, Jon Maitrejean, Paulo Bastos, Clara Ant e estudantes da faculdade de Arquitetura Brás Cubas.

Jon Maitrejean - que participou da reunião como presidente do SASP e como professor aposentado pelo AI-5- iniciou a sessão lendo uma carta enviada pelos professores cassados, e punidos à comissão do Senado que está examinando o projeto do governo sobre a anistia que, segundo ele, resumia sua posição e depoimento sobre sua punição. A seguir, fez uso da palavra, Paulo Bastos - na ocasião, representando a diretoria do IAB-SP-, que explicou que o Instituto já tem uma posição bastante clara sobre o assunto, tanto que forneceu toda a infra-estrutura para a realização do Congresso Brasileiro pela Anistia e tem um representante oficial no Comitê Brasileiro da Anistia, o arquiteto César Bergstrom Lourenço.

"Nós somos pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas se ela não for conseguida agora, preferimos ficar com o projeto do governo para depois continuar a luta do que rejeitar simplesmente esta anistia restrita. Somos pela desativação de toda e qualquer legislação de exceção pois só assim teremos garantias para os anistiados", completou Paulo Bastos.

Depois foi a vez de Clara Ant que falou pelo Comitê de Arquitetos pela Libertação dos Presos de Itamaracá, que se reúne todas as quartas-feiras, às 20h30 na sede do IAB, e também como professora demitida da PUC de Campinas. "Não se pode mais simplesmente aceitar os atos do governo como o recente assassinato do operário em Belo Horizonte, é preciso se posicionar frontalmente contra. Para isso existem vários modos de participar das várias manifestações que têm sido realizadas na cidade, atos públicos, colheita de assinaturas. Só esse movimento conseguirá arrancar os presos da cadeia. O melhor exemplo é o dos irmãos Lousada, no Rio Grande do Sul, que agora estão livres graças à movimentação dos comitês e de boa parte da comunidade gaúcha em seu favor."

Ari Fernandes apresentou, na oportunidade, um pequeno histórico do Comitê de Arquitetos, formado a partir da série de depoimentos promovidos pelo IAB-SP, há cerca de quatro meses. "Foi aí que um grupo de arquitetos sentiu necessidade de lutar pela anistia de uma forma mais efetiva, mais organizada e essa forma foi encontrada através do Comitê pela Libertação dos Presos de Itamaracá, que estão espalhados por vários bairros, empresas e profissões. Muitos criticaram a formação desse comitê de arquitetos pois achavam que era muito parcial lutar apenas pelos presos de Itamaracá. "Eles não entenderam que o comitê se chama assim apenas porque essa luta marcou o início de todo o movimento pela anistia. Lutando pelos presos de Itamaracá, que é a pior prisão do Brasil, estamos brigando por todos os outros."

Atualmente, além de se reunir todas as quartas-feiras no IAB, o Comitê de Arquitetos está participando de uma banquinha montada todos as manhãs de domingo,na praçada República, onde colhem assinaturas, fazem comícios rápidos e esclarecem a população sobre o porquê não se pode aceitar o projeto de anistia do governo.

Eentre as várias sugestões de maior participação dos arquitetos apresentadas está a organização de uma comissão para elaborar um dossiê sobre todos os arquitetos que houvessem sido vítimas dos atos de exceção, visita de um grupo de arquitetos aos presos que estavam há 19 dias em greve de fome no Rio de Janeiro e aos que, então, iniciavam greve de fome em São Paulo, elaboração de uma tese sobre o assunto para ser apresentada no X Congresso Brasileiro de Arquitetos, para se tirar uma posição nacional dos arquitetos, organizar uma caravana a Brasília quando o projeto fosse entrar em votação no Congresso.

No final, ficou estabelecido que todas essas propostas seriam estudadas por um grupo de interessados que se agregariam ao comitê de arquitetos pela Libertação dos Presos de Itamaracá, e que deram sua adesão durante a reunião. Quem quiser participar é só telefonar para a secretaria do IAB ou do SASP.

Comunicado

O Comitê de arquitetos pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita da qual participa como representante oficial do IAB/SP, o arquiteto Cesar Bergstron Lourenço, distribuiu a seguinte nota à imprensa:

"A categoria dos arquitetos realizou um debate no dia 9/8 na sede do Sindicato de Arquitetos de São Paulo com depoimentos de companheiros que sofreram punições, prisões, cassações e impedimentos no exercício de sua profissão, impostos pelo governo militar instaurado no país.

Neste debate, verificou-se a necessidade de maior engajamento da categoria dos Arquitetos, na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Decidiu-se tomar posição ao lado dos presos políticos hoje em greve de fome, na maioria dos presídios, entendendo que enquanto existir um preso político no país, não se garantirá o pleno desenvolvimento das liberdades democráticas pelas quais a nação luta.

Nesse sentido, decidiu-se pela convocação e realização de uma visita de apoio aos presos do presídio de Barro Branco, em São Paulo, em greve de fome desde o dia 8 de agosto.

No entanto, os companheiros presos encontram-se em isolamento imposto pela justiça militar estando, portanto, impedidos de receber visitas de apoio.

Perante este fato, queremos tornar público nosso repúdio a mais esta medida arbitrária do governo, enfatizando que o confinamento dos companheiros não esmorecerá a luta da nação pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita".

No dia 07 de agosto, o IAB/SP enviou ao presidente do Congresso Nacional, ao presidente da Comissão Mista de Anistia, ao presidente do MDB, ao presidente da Arena e a vários outros congressistas, o seguinte telegrama:

"O Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo - reafirmando sua posição de luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, já com endosso de todos os outros departamentos estaduais, vem manifestar-se a V.Excia. no sentido de que sejam abolidas as limitações que gravam o projeto proposto pelo poder executivo, atendendo assim ao clamor da nação".

Ainda no dia 13 de agosto, o IAB/SP se fez representar no Ato público realizado no Teatro Ruth Escobar, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Professores e cientistas querem direitos restituídos

Os cientistas e pesquisadores paulistas enviaram carta ao senador Teotônio Vilella, presidente da Comissão Mista que relata o projeto de Anistia encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional, denunciando que "o atual projeto levanta tais obstáculos ao nosso retorno à Universidade, que somos levados a crer que tudo está montado para obtermos apenas uma anistia aparente". No documento, assinado por professores, arquitetos e cientistas, pedem "que os representantes do povo no Congresso aproveitem a oportunidade, oferecida pelo projeto governamental, para promover uma autêntica anistia, concedendo liberdade a todos os presos, exilados e banidos, e assegurando a volta ao trabalho a que fazem jus todos os que dele foram afastados, sem discriminação ".

É a seguinte a íntegra do texto:

"Somos pesquisadores e professores universitários punidos pelos Atos de exceção; dizem que estaremos entre aqueles beneficiados pela próxima anistia. No entanto, o atual projeto levanta tais obstáculos a nosso retorno para a Universidade que somos levados a crer que tudo está sendo montado para obtermos apenas uma anistia aparente. Está previsto que deveremos requerer nossa reintegração, submetendo-nos, desse modo, a novo julgamento arbitrário, sem culpa formada e sem direito de defesa. A nós se pede pois reconhecer processos ajurídicos e coonestar o afastamento definitivo de alguns de nossos colegas. Mesmo que a maioria dos requerimentos fosse aprovada, a rejeição de alguns ou de um só sequer é para nós inaceitável; estamos, pois, moralmente impedidos de pleitear qualquer reintegração.

O projeto, entretanto, vai mais além; subordina o deferimento de nosso pedido à existência de vaga, inscreve-nos num quadro à parte do funcionalismo, não garante a contagem do tempo em que estivemos fora da Universidade, nem mesmo reconhece o trabalho intelectual desenvolvido nesses últimos anos. Seremos, todavia, cumulados com algumas vantagens se não assinarmos o dito requerimento: teremos uma aposentadoria ou, para aqueles que já a têm, uma aposentadoria aumentada, contando-se como tempo de serviço o período em que estivemos afastados. Em suma, há verba se ficarmos de fora, mas não há vaga automática se pretendermos ficar dentro.

Isso vale evidentemente não só para os professores e cientistas afastados das universidades como para todos os demais que sofreram punições cujo motivo até hoje continua secreto, pois se revelado escandalizaria o senso de justiça de toda a nação. Não se trata por meio da anistia de manobrar para esquecer os crimes dos torturadores e continuar punindo os chamados terroristas, mas antes de tudo de recuperar direitos. Somos portanto solidários com os estudantes também expulsos pelo 477, com os trabalhadores demitidos por causas político-sindicais, com os diplomatas e demais servidores civis e militares aposentados, reformados ou demitidos de forma arbitrária. E nos solidarizamos também com os presos políticos, exilados e banidos, que o mesmo projeto de anistia, sob pretexto casuista, pretende excluir de seus benefícios.

A verdadeira anistia não pode excluir nenhuma categoria das vítimas do arbítrio, não intenta abolir a figura do perseguido político na medida em que o conserva de quarentena. Nessas condições, conclamamos por meio de V. Excia. os representantes do povo no Congresso Nacional a que aproveitem a oportunidade, oferecida pelo projeto governamental, para promover uma autêntica anistia, concedendo liberdade a todos os presos, exilados e banidos, e assegurando a volta ao trabalho a que fazem jus todos os que dele foram afastados, sem discriminação".

Assinam o documento: Elsa Salvatori Berquó, Ada Natal Rodrigues, Jose Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Paul Singer, Paulo Mendes da Rocha, Bolivar Lamounier, Paulo Duarte, Florestan Fernandes, João Vilanova Artigas, Jean Claude Bernardet, José Américo Motta Pessanha, Mário Schenberg, Bento Prado Jr., Olga Baeta Henriques, Sebastião Baeta Henriques, Alberto Carvalho da Silva, Hélio Lourenço de Oliveira, Thomas Maack, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Paula Beiguelman, Erney Plessman de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Fernando Henrique Cardoso.

IAB-SP protesta em telegrama contra repressão aos grevistas

Tendo em vista a repressão policial contra os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, durante a greve por melhores salários e que culminou, já no primeiro dia do movimento (30 de julho), com a morte do operário Orocílio Martins Gonçalves, o Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo, através do seu Conselho Diretor, enviou telegrama ao governador do Estado de Minas Gerais, Francelino Pereira. O texto dos arquitetos paulistas ao governador manifesta "profunda preocupação pela violência da repressão ao movimento dos operários mineiros da construção civil". E acrescenta: "Na certeza de que afetando a todos nós ela será imediatamente substituída por diálogo, único meio aceitável para superar qualquer impasse".

Projeto Cura: ciclo de palestras

Projetos Cura é o tema de um ciclo de palestras que vai se realizar no SASP, de 13 de setembro a 18 de outubro, sempre às quintas-feiras, às 20 horas. A seguir a programação completa do ciclo, que terá uma taxa de inscrição de Cr$ 400,00 para sócios quites e Cr$ 600,00 para não quites e outros profissionais.

Dia 13/9 — "O Projeto Cura — Experiências no Brasil / O Caso de São Paulo"; Convidado: arq. Pedro Paulo de Mello Saraiva — BNH.

Dia 20/9 — "O Projeto Cura Jabaquara e Aspectos da Gerência do Projeto"; Convidado: arq. Nestor Goulart Reis Filho — EMURB.

Dia 27/9 — "A Gestão Financeira do Projeto Cura e suas Relações com o Orçamento Municipal"; Convidado: dr. José Carlos Martinelli — Secretaria Finanças.

Dia 5/10 — "A Realização das Obras de Infra-estrutura no Projeto Cura"; Convidado: dr. Otávio Camilo Pereira de Almeida — Secretário Municipal de Vias Públicas.

Dia 11/10 — "Os Projetos de Superestrutura"; Convidado: eng.º Cyro Politti — Secretaria de Serviços e Obras.

Dia 18/10 — "Avaliação da Experiência em São Paulo"; Convidado: arq. Candido Malta Camps Filho — COGEP.

Técnicos ligados a planejamento criam em São Paulo o IBP

Após várias reuniões de técnicos envolvidos em planejamento do desenvolvimento foi criado em São Paulo o Instituto Brasileiro de Planejamento— IBP-SP. Arquitetos, sociólogos, economistas, engenheiros, assistentes sociais e outros profissionais que atuam em planejamento discutiram e aprovaram os estatutos da nova entidade. O IBP-SP é resultado da nova organização que os planejadores brasileiros decidiram dar à sua associação de classe.

Mais um Curso de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo

A Faculdade de Belas Artes de São Paulo conseguiu finalmente do governo federal autorização para o funcionamento do seu curso de Arquitetura e Urbanismo, que já realizou, inclusive, seu primeiro vestibular neste mês de julho. O curso, coordenado por Jorge Caron, oferece 100 vagas, 50 no período da manhã e 50 no da noite.

O IV ENEA reuniu em Salvador mais de 70 delegados

Três anos após o último ENEA — Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura —, realizado então na FAU/USP, reuniram-se em Salvador 70 delegados de 27 das 34 escolas de arquitetura existentes no país. O IV ENEA se deu durante os três dias que antecederam ao Congresso da UNE caracterizando-se principalmente pelo papel de reaglutinação e reorganização nacional dos estudantes da área.

Segundo seus participantes, o ENEA propiciou um contato entre os delegados bastante aprofundado e a articulação dos próximos Encontros. Foi encaminhada a reconstrução da Executiva, planejados ENEAs anuais, fortalecidos quando possível por Encontros Regionais de preparação. Foram também aprovadas propostas relativas ao ensino através de pontos mínimos de discussão para a elaboração de teses. Obteve-se em Salvador um sensível avanço sobre o último encontro.

Designações

O presidente do IAB - SP designou para o cargo de 1.º Secretário diretor José Borelli Neto em vista do afastamento da arquiteta Marcia Lucia Guilherme. O arquiteto Antonio Carlos Carneiro foi designado diretor da Sede.

Arquitetos Goianos organizam seu Sindicato

Os arquitetos de Goiás, que há muito tempo aspiram ter o seu sindicato, já tomaram as primeiras providências para concretizar esse sonho.

No final de junho, realizaram a primeira assembléia geral de fundação da Associação dos Arquitetos do Estado de Goiás, presidida por Roberto Benedetti, que 90 dias após sua criação e devidamente registrada no Ministério do Trabalho, poderá ser transformada em Sindicato.

Atualmente, os arquitetos que têm título acadêmico de engenheiro são filiados ao Sindicato dos Engenheiros, mas a grande maioria não tem entidade representativa. A fundação do Sindicato conta com o total apoio do IAB - GO, presidido pelo arquiteto Eduardo Simões Barbosa, que acredita que o sindicato dos arquitetos de Goiás será uma entidade forte "porque seus membros serão atuantes e ele irá preencher uma lacuna". Num primeiro levantamento feito pelo IAB junto ao CREA, ficou constatado que existem 230 arquitetos registrados no estado.

"Clima e Arquitetura" será tema do próximo curso IAB/SP

"O Clima e a Arquitetura" será tema de curso que o IAB/SP promove em fins de setembro. As exposições e a coordenação estarão a cargo do arquiteto Luiz Carlos Chichierchio. O curso deverá se centrar na apresentação dos elementos e fatores climáticos que, atuando sobre os objetos arquitetônicos, caracterizam o ambiente térmico. Na apresentação dos dados físicos, será adotado critério quantitativo sendo que os conhecimentos prévios exigidos dos participantes são os mesmos que para os cursos de graduação de Arquitetura.

O programa do curso incluirá como tema: Insolação - Geometria da Insolação; Resumo da Astronomia de Posição; Gráficos de Insolação; Ângulos de Incidência sobre as Superfícies (fachadas e coberturas); Sombras e Penetração do Sol pelas Aberturas; Projeto dos Quebra-sóis; Carga Térmica devida à Insolação; Calor recebido pelas Superfícies conforme a Orientação, Latitude do Lugar e Época do Ano.

O tema II se define por "Demais elementos e fatores climáticos de importância para o projeto arquitetônico" e trata da: Temperatura do Ar; Umidade do Ar; Ventos; Latitude; Relevo; Localização Geográfica. Materiais e Elementos Construtivos se subdivide em: Mecanismos e Trocas Térmicas; Influência da Natureza nas Superfícies das Matérias; Insolação Térmica dos Materiais; Transmissão de Calor pelos Materiais Transparentes ou Translúcidos.

O item IV é "Ventilação": Efeitos da Ventilação no Edifício e na Cidade; Mecanismos da Ventilação Natural; Efeito Chaminé; Ação dos Ventos. E, por fim, as Conclusões incluindo Diretrizes para o traçado urbano segundo dados climáticos e Diretrizes para o projeto de edifícios em combinação com a situação das cidades (ruídos, poluição e clima).

O curso terá duração de três semanas e as inscrições já se encontram abertas na sede do IAB/SP. O horário das aulas está previsto para as 19:30 horas com término às 22 horas. O preço para arquitetos quites é 5 mil cruzeiros; arquitetos não sócios, 7 mil cruzeiros; estudante sócio, 3 mil e 500 cruzeiros, e estudante não sócio, 4 mil e 500 cruzeiros.

O desenho como instrumento

A publicação O Desenho como Instrumento, resultado da mostra realizada pela Cooperativa de Artistas Plásticos de São Paulo (aberta até 9 de setembro), na Pinacoteca do Estado de São Paulo, traz, sem dúvida, um novo conceito de catálogo. Feito dentro do espírito da mostra, seu principal objetivo é ampliar o espaço cultural, fazendo chegar ao público alternativas de leitura e consumo da produção artística.

Para isso, foi elaborado um livro-quadro contendo 49 reproduções facsimiladas (lâminas soltas de 30x46 cm) de trabalhos expostos, complementadas por textos alusivos a conceitos de desenho, anotações, projetos etc. Esse conjunto vem dentro de uma caixa de madeira com tampa de papelão, removível, que quando substituída por um vidro, se transforma em moldura para os trabalhos contidos na caixa. Essa forma de acondicionamento permite que a publicação seja afixada à parede com as 49 reproduções intercambiáveis.

Dessa forma, a publicação poderá ser vista como um livro, isto é, folha por folha ou como moldura, sendo exposto um desenho de cada vez. O livro-quadro foi editado pela Edições Melhoramentos e está à venda nas livrarias por 1.700 cruzeiros.

ambiental

sociedade civil ltda.
consultoria e projetos de acústica
conforto térmico e iluminação

conrado silva de marco
luiz carlos chichierchio

rua dr. veiga filho, 788 - 01229 - sp - fone 66-3943

Registro de profissionais e firmas tem nova sistemática

Em recente portaria, expedida pela Sehab — a de n.º 46/79 —, ficou estabelecida outra sistemática para novos pedidos de registro de profissionais e firmas, criando um requerimento padronizado que pode ser obtido no Case/Departamento de Cadastro Setorial no 24.º andar do prédio Martinelli, rua São Bento 405.

No caso de pessoas físicas, os documentos necessários são: cópia autenticada do registro no CREA; recibo de pagamento do ISS/Imposto sobre Serviços; recibo de pagamento da anuidade do CREA; recibo de pagamento da anuidade sindical; uma foto 2 x 2; comprovante do pagamento, através de guia de recolhimento, de taxa de registro, nos termos da legislação em vigor.

Já as pessoas jurídicas devem apresentar os seguintes documentos: cópia autenticada da certidão de registro de pessoas jurídicas no CREA; contrato social; recibo de pagamento do CCM/Cadastro de Contribuinte Municipal; e os documentos citados nos quatro últimos itens do tópico referente a pessoas físicas, para cada profissional responsável pela firma.

Essas inovações serão aplicadas apenas aos novos registros, ficando dispensados os profissionais e firmas já registrados.

Arquitetos na reunião de dirigentes sindicais

Os sindicatos de arquitetos estiveram representados na reunião de dirigentes sincicais, convocada pelo Centro Brasileiro Democrático e realizada em Niterói, de 2 a 6 de agosto últimos. Presidida por Oscar Niemeyer, a reunião discutiu basicamente a legislação sindical. O SASP este presentado por Olair de Camillo; o SAREGS por Clóvis Ilgenfritz; o SARJ, por José Carlos Neder e Ruy Velloso e a Federação Nacional dos Arquitetos, por Alfredo Paesani.

Mantenha-se em dia com o pagamento de sua anuidade.
A Entidade existe pela sua efetiva participação.
Ao mudar de endereço, é importante notificar ao Sindicato, para que não haja corte na comunicação.

Assessoria jurídica

Dado o grande número de profissionais que vêm procurando a assessoria jurídica, lembramos da necessidade de as consultas serem marcadas com antecedência, por telefone, através da secretaria.

Para este atendimento, é imprescindível que os profissionais estejam quites com a Contribuição Sindical.

Contribuição sindical

Voltamos a alertar os profissionais para a necessidade da quitação da Contribuição Sindical pois, de acordo com os artigos 579 e 599 da CLT, o não pagamento pode implicar o impedimento legal do exercício profissional.

No exercício de 1980, para pagamento da anuidade do CREA,será solicitada comprovação de pagamento da Contribuição.

Anuidade sindicato

Informamos que foram enviadas,a todos os associados em débito com o exercício de 79, fichas para pagamento através do Serviço de Compensação bancária, para maior facilidade dos associados.

Em uma das últimas reuniões da Diretoria, foi deliberada nova forma para o pagamento dos associados no exercício de 80, prevendo condições de opção por parte dos mesmos, para pagamento integral ou parcelado trimestralmente, através de carnê para pagamento em Banco.

Cooperativa amplia sua faixa de atuação

A primeira cooperativa de arquitetos continua funcionando a todo vapor na sede do Sindicato de Arquitetos de São Paulo. No último dia 10 de julho, elegeram sua primeira diretoria provisória, presidida por Alfred Cerveny, tendo como vice Márcia Macul, como secretária Ângela Maria Calabria, como suplentes de secretária Nelly Hercman e Sérgio Baiget e no conselho fiscal Anelis Napoleão Campos e Pedro Francisco Tisovec (suplente).

A principal tarefa dessa diretoria é oficializar a cooperativa, que já está, inclusive, com estatutos aprovados. No momento, além de continuarem o trabalho já iniciado na região de São Miguel — que aliás, já extrapolou São Miguel em direção a Sapopemba e à Zona Norte — a cooperativa está em entendimentos com a Secretaria do Planejamento, que está apoiando a criação de convênios com as prefeituras da Grande São Paulo para dar assessoria dentro do quadro da habitação popular, uma das linhas que a cooperativa está desenvolvendo no momento.

Para tanto já enviaram à Secretaria um ofício acompanhado de um completo dossiê sobre o seu trabalho anterior.

Arquitetos não localizados

Estando o SASP sem condições de localizar associados que não informaram novos endereços, solicita que entrem em contato com a secretaria para atualização: Mônica Junqueira de Camargo; Marli Maciel de Oliveira; Hiroko Matsubada de Freitas;Douglas Manei Raggi Gamero; Alice Sanai Hayakawa Seii; Celio José Giovanni; Antonio Carlos Siqueira; Eduardo Hamilksen; Archimedes T. Pinho; Eurico Fernandes Pereira; Antonio Carlos Saliola; José Cariola Neto; Anésio de Araujo Correa; Jairo José Farias; Carlos Henrique Heck; Aglaé Esperidião Bravo; Barna Solti; Heitor Ferreira de Souza; Antonio Walter Viana de Paula Venturini; Flávio Franco Ferreira Filho; Claudio Soares de Azevedo; Hugo Roberto Osório Salvo; Sergio Gabriel Seixas; Itamar Moraes Amador; Antonio Ramos Teixeira; José Paulo de Bem; José Capelo Filho; José Carlos Einsfeld; Iara Marina Waengertner; Klara Anna Maria Kaiser; Arthur Farjado Netto.

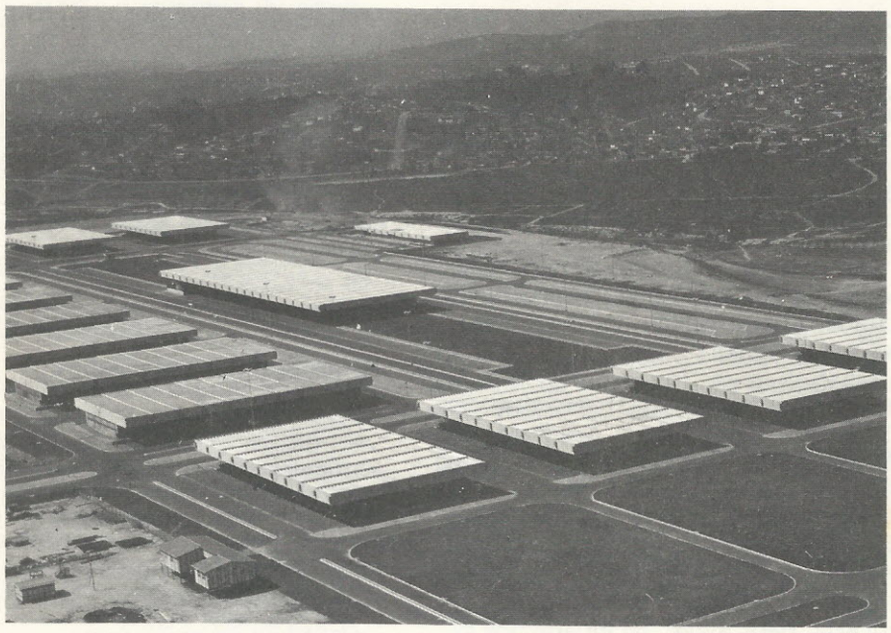
Procedimentos Construtivos e Instalações Prediais: temas de cursos no SASP

O SASP estará promovendo a partir deste mês, em sua sede, dois cursos: Instalações Prediais e Procedimentos Construtivos. O primeiro, com início marcado para o próximo dia 24 de setembro, versará sobre Hidráulica (Planejamento, Captação e Abastecimento, Distribuição Urbana), Esgoto (Planejamento, Poluição do Solo), Águas Pluviais (Problema de Enchentes) e Eletrecidade (Fontes de Energia, Transformadores). O curso, que se encerrará a 26 de novembro, será dado pelos engenheiros Moacyr da Graça e Orestes Gonçalves.

O outro, sobre Procedimentos Construtivos, será dado pelos engenheiros César de Paula Pinto e Fernando José Alvarenga, com início marcado para o dia 26 de setembro. Entre os temas a serem discutidos estão Sistema Tradicional Racionalizado (Conceito de Estrutura, Vedação, Impermeabilização), Alvenaria Estrutural (Elementos Sílico-Calcáreos, Restrições do Projeto), Aplicação de Formas Metálicas (Conceito de Forma, O Processo Túnel, A Desforma) e A Pré-Fabricação (Pré-Fabricação no Canteiro, Pré-Fabricação na Usina, O Curado a Vapor, Os Painéis, as Casas Pré-Fabricadas). O curso será dado sempre às quartas-feiras, das 19 às 22 horas, com término marcado para 28 de novembro.

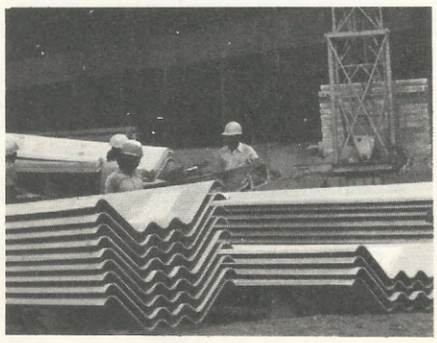
Os dois cursos oferecerão certificado de participação, bem como material didático. As inscrições poderão ser feitas na secretaria do SASP, rua Avanhandava 126, 11.º andar, fones: 259-9297 ou 259-9348. Os sócios quites pagarão uma taxa de Cr$ 3.000,00; os não sócios ou não quites, Cr$ 5.000,00 e empresas (3 participantes) Cr$ 9.000,00.

A BRASILIT ABASTECEU O CEASA MINEIRO. DE TELHAS.



O empreendimento que deu aos mineiros uma grande central de abastecimento fica no km 688 da rodovia Belo Horizonte-Brasília: o Ceasa.

O Ceasa contou com a participação de inúmeras empresas e o apoio dos governos federal, estadual e das prefeituras de Belo Horizonte e Contagem.

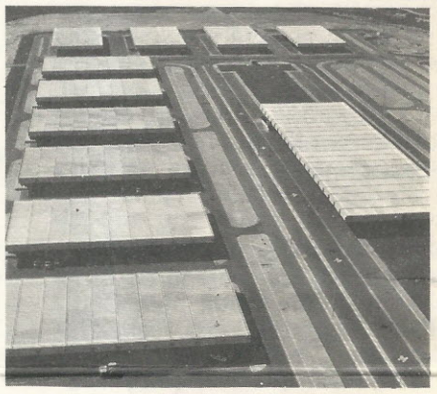


São 85.000 m² destinados a escoar a produção agrícola e abastecer as cidades de Minas Gerais.

Foi para uma obra deste porte e importância que a Brasilit forneceu 12.737 telhas Kalhetão, com 7,40 m cada, que foram assentadas num ritmo de 70 unidades por dia (ou 450 m² diários), por apenas 6 pessoas auxiliadas por um guindaste.

Estes dados comprovam a eficiência das coberturas de fibrocimento Brasilit e sua rapidez de montagem. Os menores custos e a assistência técnica permanente durante e depois de concluída a obra, que só uma empresa do porte da Brasilit pode oferecer.

Estrategicamente distribuída pelo Brasil, com suas 10 fábricas, 40 filiais e uma grande rede de revendedores autorizados, a Brasilit dá mais este exemplo do que pode



fazer pelo seu empreendimento. Não importa qual o tamanho.

Escolha quem tem uma enorme experiência em grandes, médios e pequenos empreendimentos.

Escolha Brasilit.

BRASILIT

Há mais de 40 anos garantindo os produtos que fabrica.

Nacional